



COVID-19, GÊNERO, E LISTA DE VERIFICAÇÃO
DE DEFICIÊNCIA:
PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
DE GÊNERO CONTRA MULHERES, MENINAS E
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DURANTE A
PANDEMIA DA COVID-19



ÍNDICE

HISTÓRICO	3
<hr/>	
I. ABORDANDO AS CAUSAS RAIZ E PREVENINDO A VBG CONTRA AS MULHERES, MENINAS, E PESSOAS NÃO-CONFORMES DE GÊNERO COM DEFICIÊNCIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	6
<hr/>	
II. GARANTIA DE ACESSO AOS SERVIÇOS DA VBG, INCLUINDO MECANISMOS DE JUSTIÇA, PARA MULHERES, MENINAS E PESSOAS NÃO-CONFORMES DE GÊNERO COM DEFICIÊNCIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	8
<hr/>	
III. PREVENINDO E ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, MENINAS E PESSOAS COM INCAPACIDADE NA RECUPERAÇÃO DA COVID-19	13
<hr/>	
IV. ANEXO A: RECURSOS ADICIONAIS SOBRE VBG CONTRA MULHERES, MENINAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PANDEMIA DA COVID-19	17
<hr/>	
NOTAS FINAIS	18

HISTÓRICO*

A violência de gênero (VBG) - que se refere à violência resultante de diferenças estruturais de poder baseados no gênero - pode assumir diversas formas, incluindo violência física, sexual, psicológica, emocional, econômica ou financeira, e é uma das violações de direitos humanos mais prevalentes no mundo.¹ Embora os dados sobre violência de gênero contra mulheres, meninas e pessoas com deficiência sejam escassos, pesquisas constataram que pessoas com deficiência têm pelo menos três vezes mais probabilidade de sofrer violência física, violência sexual e violência emocional do que pessoas sem deficiência.² As mulheres com deficiência em particular têm até 10 vezes mais probabilidade de sofrer violência sexual, e estimativas sugerem que 40% a 68% das mulheres jovens com deficiência sofrerão violência sexual antes dos 18 anos de idade.³

Mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência experimentam as mesmas formas de VBG que indivíduos sem deficiência, e também enfrentam formas únicas de violência, inclusive quando os perpetradores retêm medicamentos ou dispositivos de assistência ou se recusam a ajudar nas tarefas da vida diária.⁴ As causas fundamentais das maiores taxas de violência contra aqueles que vivem na intersecção de gênero e deficiência são numerosas, desde o estigma, discriminação e estereótipos prejudiciais com base em gênero e deficiência, até a dependência que as pessoas com deficiência têm de outras pessoas na navegação de informações e ambientes inacessíveis e a falta de descanso para os cuidadores.⁵ Muitas pessoas com deficiência também podem não ter acesso à educação sexual, o que poderia ajudá-las a identificar e prevenir abusos e enfrentar maiores barreiras para ter acesso à justiça e denunciar violência, levando à impunidade dos perpetradores.⁶ Além disso, as mulheres com deficiência têm mais probabilidade de experimentar a pobreza e o isolamento do que os homens com ou sem deficiência, mesmo em países com um padrão de vida mais elevado,⁷ aumentando assim sua vulnerabilidade à violência econômica e exacerbando as barreiras financeiras para deixar situações de violência e para acessar serviços.⁸

Durante as crises de saúde, o risco de VBG aumenta, pois as medidas impostas para conter a

propagação da doença e o desvio de recursos para responder à crise enfraquecem a capacidade dos Estados e das sociedades para prevenir a VBG.⁹ Relatórios de todo o mundo indicam um risco maior de violência contra mulheres, meninas e pessoas com deficiência como parte da “pandemia sombria” da VBG durante a crise da COVID-19.¹⁰ Medidas para prevenir a propagação do vírus criaram fatores de risco adicionais para mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência, uma vez que os desequilíbrios de poder entre os gêneros aumentaram desde março de 2020, enquanto os ambientes já em grande parte inacessíveis, os mecanismos de justiça e os serviços de apoio à VBG se tornaram ainda mais difíceis de acessar.¹¹ Estes fatores de risco acrescidos, que são explorados com mais profundidade na próxima publicação como parte deste projeto, *The Impact of COVID-19 on Women and Girls with Disabilities (O impacto da COVID-19 nas mulheres e meninas com deficiência): Uma avaliação global e estudos de caso*, incluem:

- Suspensões obrigatórias e quarentenas, que levaram ao isolamento, aumento do estresse, desemprego e mais barreiras para atender às necessidades básicas, tais como serviços profissionais ou apoio informal à comunidade. Todos esses fatores, quando combinados com uma cultura sexista e capaz, contribuem para aumentar o risco de violência baseada no sexo

* Sobre o uso do português: Women Enabled International está comprometida com a justiça de gênero. O uso do masculino genérico neste documento não reflete nossa percepção das questões de gênero, mas o tomamos como uma ferramenta para facilitar a leitura do texto e torná-lo mais acessível à nossa comunidade.

e dificultam o acesso aos serviços de apoio à violência baseada no sexo;¹²

- Redistribuição de recursos para responder à pandemia e longe dos apoios, investigações e processos relacionados à VBG;
- A mudança da prestação de serviços presenciais para serviços virtuais, às vezes excluindo aqueles que têm acesso desproporcionalmente menor à tecnologia, incluindo mulheres com deficiência, que estão entre os mais afetados pela divisão digital;¹³ e
- O elevado risco em situações de emergência humanitária, incluindo desastres naturais ou conflitos.¹⁴

A lei internacional de direitos humanos reconhece que todas as pessoas com deficiência - incluindo mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência - têm o direito de estar livres da violência, mesmo quando enfrentam crises humanitárias, e todos os Estados devem responder eficazmente à violência de gênero, tomando medidas apropriadas para proteger todas as pessoas com deficiência da violência, exploração e abuso, enquanto lidam com a violência quando ela ocorre.¹⁵ Além disso, como o Comitê das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW) descobriu, os Estados Partes devem exercer “a devida diligência” para lidar com a violência baseada no gênero cometida por atores não estatais e “serão responsáveis se não tomarem todas as medidas apropriadas para prevenir, bem como para investigar, processar, punir e reparar atos ou omissões de atores não estatais que resultem em violência baseada no gênero contra a mulher.”¹⁶

Objetivos desta lista de verificação

Esta *Lista de verificação de COVID-19, gênero, de deficiência: Prevenção e enfrentamento da violência de gênero contra mulheres, meninas e pessoas com deficiência durante a Pandemia da COVID-19 (a Lista de Verificação de VBG e Deficiência)* destina-se a orientar uma ampla gama de Estados, prestadores de serviços de apoio à VBG e outras partes interessadas - bem como as Equipes de Países das Nações Unidas (UNCTs), fornecendo

orientação sobre a resposta à pandemia e esforços de recuperação - sobre como prevenir e responder à VBG contra mulheres, meninas e pessoas com deficiência durante a pandemia da COVID-19 e outras emergências. É também uma ferramenta para orientar os esforços de recuperação da pandemia da COVID-19 e para assegurar que os direitos na interseção de gênero e deficiência sejam respeitados, protegidos e cumpridos como parte dessa recuperação.

Como usar esta lista de verificação

Esta lista está dividida em três seções, focadas em (1) Abordar as causas fundamentais e prevenir a VBG contra mulheres, meninas e pessoas não-conformes com o gênero durante a pandemia da COVID-19; (2) Assegurar o acesso aos serviços da VBG, incluindo mecanismos de justiça, para mulheres, meninas e pessoas não-conformes com o gênero durante a pandemia da COVID-19; e (3) Prevenir e tratar a VBG contra mulheres, meninas e pessoas não-conformes com o gênero na recuperação da COVID-19. Sob cada seção, há várias “ações-chave” a serem tomadas pelos Estados e prestadores de serviços da VBG para garantir que suas ações sejam baseadas em direitos e incluam gênero e deficiência na resposta e recuperação da COVID-19.[†]

A VBG e a Lista de Verificação de Deficiência, parte do projeto *Build Back Better for All* financiado pela Parceria das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, deve ser lida em conjunto com outras ferramentas importantes para melhor compreender as necessidades e os direitos das

[†] Estas “ações-chave” são o resultado de resultados de 20 consultas virtuais e respostas a pesquisas escritas de aproximadamente 250 mulheres, homens, meninas e pessoas com deficiência de gênero conduzidas pelo UNFPA, Women Enabled International, UN Women, e oito organizações parceiras nacionais e regionais em todo o mundo. As organizações parceiras incluem CIMUNIDIS (Chile), Mulheres com Deficiência na África, HYPE Sri Lanka, META (América Latina), My Life, My Choice (Reino Unido), Fórum Nacional para Mulheres com Deficiência (Paquistão), Centro de Reabilitação Shanta Memorial (Índia), e Olimpíadas Especiais (Europa Oriental e Ásia Central). Os resultados da pesquisa escrita também foram reunidos no Oriente Médio e no Norte da África, assim como na África Ocidental e Central.

mulheres, meninas e pessoas com deficiência não-conformes de gênero, incluindo:

- A série ONU Mulheres, [COVID-19 and Ending Violence Against Women and Girls](#), que examina as implicações para a prevenção e resposta à violência e fornece orientação para a coleta de dados sobre o impacto da COVID-19.
- A publicação de 2018, [Women and Young Persons with Disabilities: Guidelines for Providing Rights-Based and Gender-Responsive Services to Address Gender-Based Violence and Sexual and Reproductive Health and Rights](#) [a seguir, Diretrizes UNFPA-WEI], que fornece orientação prática para tornar os serviços de VBG mais inclusivos e acessíveis às mulheres e jovens com deficiência e para direcionar

intervenções para atender suas necessidades específicas de deficiência em todos os ambientes, incluindo emergências humanitárias.

- [COVID-19, gênero, e lista de verificação de deficiência: Garantindo os direitos humanos baseados nos direitos de saúde sexual e reprodutiva para mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência durante a Pandemia da COVID-19](#), desenvolvido pela WEI e UNFPA, que fornece orientação sobre como garantir as necessidades de mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência relacionadas à SSR durante emergências.

Uma lista mais detalhada de recursos está contida no [Anexo A, na página 17](#).

Acessibilidade e formatos acessíveis

Acessibilidade significa que as informações, bens e serviços podem ser utilizados por pessoas com deficiência em pé de igualdade com outras.¹⁷ Ao longo desta Lista de Verificação de Deficiência e VGB, há várias recomendações para garantir que as informações, comunicações, instalações e serviços sejam acessíveis. A acessibilidade neste contexto pode incluir:

- disseminar informações relacionadas à VBG em formatos acessíveis, como formatos digitais acessíveis a leitores de tela, braile, linguagem de sinais, linguagem simples e formatos de leitura fácil,
- fornecer interpretação em linguagem gestual em delegacias de polícia e tribunais,
- fornecendo linhas de ajuda acessíveis, incluindo a oferta de serviço de texto,
- assegurar que as vítimas/sobreviventes tenham acesso físico a abrigos acessíveis que incluam rampas, grades e elevadores e estejam próximos do local onde vivem as vítimas/sobreviventes,
- assegurar que os serviços sejam gratuitos ou de baixo custo,
- e treinamento em inclusão de deficiência para todo o pessoal que trabalha em serviços relacionados à VBG.¹⁸

Para mais informações sobre acessibilidade no contexto da VBG, veja [Women and Young Persons with Disabilities: Guidelines for Providing Rights-Based and Gender-Responsive Services to Address Gender-Based Violence and Sexual and Reproductive Health and Rights](#).

I. Abordando as causas raiz e prevenindo a VBG contra as mulheres, meninas, e pessoas não-conformes de gênero com deficiência durante a pandemia da COVID-19

A pandemia da COVID-19 e as respostas do governo e da saúde pública a ela exacerbaram e apresentaram fatores de risco adicionais relacionados à violência contra mulheres, meninas e pessoas com deficiência. Estes incluem falta de renda, falta de acesso a redes de apoio social, falta de garantias de proteção social e serviços de apoio, maior isolamento e estresse em casa, e maior dependência da família e parceiros íntimos para ajudar a atender às necessidades básicas, entre outros fatores.

Prevenir a VBG, incluindo a abordagem das causas fundamentais da VBG, é um componente crucial das obrigações de devida diligência de um Estado sob as leis internacionais de direitos humanos. A fim de garantir os direitos das mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência neste contexto, as políticas devem refletir os direitos das pessoas com deficiência e suas necessidades específicas, enquanto que os programas devem ser de gênero e deficiência - inclusos e baseados nos direitos humanos. Esta seção fornece ações-chave adaptadas à pandemia da COVID-19 para garantir que essas políticas e programas estejam em vigor. Observe que as medidas de longo prazo para tratar das causas básicas e prevenir a VBG estão incluídas na [Seção III, na página 13](#).

Ações-chaves para os Estados

- Foram desenvolvidas leis, políticas ou planos de ação** especificamente relacionados à prevenção e endereçar a VBG durante a COVID-19, e/ou amplamente relacionada a emergências humanitárias, bem como adaptar a prestação de serviços em caso de lockdowns ou outras restrições de mobilidade.
 - Mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência têm se engajado significativamente no desenvolvimento, implementação e monitoramento.
 - As leis, políticas e planos de ação reconhecem que mulheres, meninas e pessoas com deficiência podem experimentar as mesmas formas de VBG que outras e também experimentar formas únicas de violência, como a violência perpetrada por cuidadores ou pessoal de apoio ou a retenção de medicamentos, dispositivos de assistência ou assistência nas tarefas diárias, e todas essas formas estão incluídas na definição de VBG.
 - Foram estabelecidos e financiados mecanismos de responsabilização para garantir a eficácia dessas leis, políticas e planos de ação, inclusive para monitorar o fornecimento de VBG serviços de apoio.
 - Os planos incluem o monitoramento de instituições residenciais[‡] e o estabelecimento de mecanismos de relatórios apropriados e acessíveis para garantir o direito à segurança e à privacidade para todos os residentes da instituição.

[‡] A VBG e a Lista de Verificação de Deficiência contém medidas específicas para prevenir a GBV em instituições, porque as instituições permanecem em operação em muitos contextos e abrigam muitas mulheres, meninas e pessoas com deficiência, particularmente aquelas com deficiência intelectuais ou psicossociais. Entretanto, como reconheceu o Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Comitê da CRPD), a institucionalização é uma forma de segregação e uma violação do Artigo 19 da CRPD, que reconhece o direito igual de todas as pessoas com deficiência de viverem independentemente e serem incluídas na comunidade. Portanto, as medidas para prevenir a GBV nas instituições devem ser implementadas junto com leis e políticas para promover uma vida baseada na comunidade e acabar com a institucionalização. Ver Comitê CRPD, Comentário Geral Nº 5 sobre viver de forma independente e ser incluído na comunidade, U.N. Doc. CRPD/C/GC/5 (2017).

Campanhas de conscientização pública sobre os riscos acrescidos da VBG durante a pandemia da COVID-19 foram realizadas.

- Estas campanhas incluem a VBG perpetrada contra mulheres, meninas e pessoas com deficiência e seus direitos, assim como a forma de acessar os serviços de apoio à VBG durante a pandemia, como a prestação de serviços foi adaptada para evitar a transmissão da COVID-19, e como indivíduos em risco de violência podem buscar ajuda.
- As informações sobre a VBG são fornecidas em vários formatos acessíveis ver [Acessibilidade e formatos acessíveis na página 5](#).
- As campanhas fornecem informações adequadas à idade e retratam de forma positiva as mulheres, meninas e pessoas com deficiência não-conformes de gênero.
- As agências que realizam estas campanhas trabalham em estreita colaboração com organizações de pessoas com deficiência para assegurar que as informações sejam divulgadas eficazmente entre mulheres, meninas e pessoas com deficiência que não estejam em conformidade com o gênero.

Serviços de apoio profissional para ajudar pessoas com deficiência a atender às necessidades básicas, bem como intérpretes de linguagem de sinais, são designados e recebem recursos adequados como **serviços essenciais** e seu pessoal é definido como **trabalhadores essenciais**.¹⁹

- Os trabalhadores de apoio e usuários recebem equipamentos de proteção individual (EPI) acessíveis, tais como máscaras que permitem a leitura dos lábios.
- Os trabalhadores de apoio têm acesso prioritário ao cuidado de crianças e outros apoios sociais.
- Os trabalhadores de apoio têm sido considerados ao dar prioridade aos trabalhadores da linha de frente em ambientes de saúde e assistência social na vacinação.
- Pessoas com deficiência receberam suplementos de renda para pagar trabalhadores de apoio e intérpretes, conforme necessário e quando o Estado não paga diretamente a esses trabalhadores de apoio (veja abaixo para mais informações sobre medidas de proteção social).
- Serviços essenciais de saúde e apoio psicossocial, incluindo aconselhamento, estão incluídos nos serviços de cuidados de saúde primários e são baseados na comunidade.

COVID-19 foram adotados **programas nacionais** de proteção social e de auxílio ao desemprego.

- Mulheres, meninas e pessoas com deficiência, bem como organizações independentes, baseadas nos direitos humanos, de pessoas com deficiência e organizações feministas que trabalham na intersecção de gênero e deficiência, têm se engajado significativamente na concepção, implementação e monitoramento desses programas.
- Estes programas garantem renda adequada ou apoio em espécie para todas as pessoas para atender às necessidades básicas de água limpa, alimentação, moradia, calor, saneamento, transporte acessível, comunicações, produtos de higiene e compensação para indivíduos que anteriormente trabalhavam no setor informal, eram autônomos ou contratados independentes.

- ❑ Esses programas garantem que o dinheiro ou o apoio em espécie vão diretamente para a pessoa afetada, e não para um membro da família ou pessoal de assistência/suporte, como um meio de evitar abusos financeiros.
- ❑ As aplicações para proteção social estão disponíveis em formatos acessíveis e não incluem requisitos onerosos, tais como a necessidade de obter um cartão de identidade de deficiente.
- ❑ Os programas de socorro incluem financiamento de emergência para serviços domiciliares e comunitários para evitar a institucionalização de pessoas com deficiência.

Principais ações para os prestadores de serviços de apoio à VBG

- ❑ Os serviços de apoio da VBG estabeleceram **relações com organizações lideradas por mulheres de pessoas com deficiência**, assim como organizações de jovens e feministas que trabalham na intersecção de gênero e deficiência.
 - ❑ Serviços de apoio à VBG, ONGs, instituições nacionais de direitos humanos, comissões nacionais de gênero e mecanismos locais de monitoramento independente trabalham juntos para desenvolver espaços seguros acessíveis para que todas as mulheres possam compartilhar seus medos e sentimentos sobre a pandemia, incluindo redes de apoio entre pares.
 - ❑ Foram tomadas medidas especiais - tais como assegurar o acesso à tecnologia, bem como o treinamento em tecnologia e estabelecer oportunidades seguras de reuniões presenciais - para incluir mulheres, meninas e pessoas com deficiência nessas redes, garantindo que elas não enfrentem barreiras relacionadas à acessibilidade ou atitudinais para se envolverem de forma significativa.

II. Garantia de acesso aos serviços da VBG, incluindo mecanismos de justiça, para mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência durante a pandemia da COVID-19

Um pacote completo de serviços de VBG inclui serviços coordenados e multi-setoriais, como os descritos no *Pacote de Serviços Essenciais*,²⁰ que ajudam a prevenir a VBG, proteger as vítimas/sobreviventes da VBG, fornecer os serviços necessários de saúde e reabilitação para as vítimas/sobreviventes e garantir uma reparação eficaz. Esses serviços, que devem ser prestados pelos Estados como parte de suas obrigações de diligência devida, podem ser em colaboração com organizações não-governamentais locais, regionais ou internacionais,²¹ e incluem abrigos, assistência jurídica, polícia, tribunais, serviços de saúde sexual e reprodutiva, apoio psicossocial, e outros.²²

O acesso a esses serviços e aos mecanismos de justiça envolvidos no fornecimento dessa rede de apoio às vítimas/sobreviventes diminuiu para todas as mulheres, incluindo mulheres, meninas e pessoas com deficiência, durante a pandemia da COVID-19.²³ Entretanto, as barreiras de acessibilidade pré-existentes aos serviços da VBG, bem como os bloqueios e outras medidas que tiveram um impacto desproporcional no movimento, significam que os serviços da VBG são ainda mais difíceis de serem acessados por este grupo. Como tal, os Estados e os prestadores de serviços da VBG devem tomar medidas específicas para garantir que os serviços da VBG, incluindo a polícia e os mecanismos de justiça, sejam inclusivos e sensíveis às mulheres, meninas e pessoas com deficiência. Esta seção fornece ações-chave adaptadas à pandemia da COVID-19 para garantir que os serviços e mecanismos de justiça da VBG continuem a operar e sejam inclusivos de pessoas com deficiência.

Ações-chave para os Estados

- Os serviços da VBG são designados como **serviços essenciais**, têm recursos adequados e seu pessoal é definido como **trabalhadores essenciais**.
 - O financiamento tem sido fornecido aos serviços de apoio à VBG para assegurar um aumento na capacidade de servir vítimas/sobreviventes da VBG devido ao aumento de casos de VBG durante a pandemia, com financiamento especificamente destinado a apoiar a acessibilidade relacionada à deficiência.
 - Foi fornecido financiamento para adaptar a prestação de serviços às circunstâncias da pandemia, com linhas diretas acessíveis, telesaúde e serviços on-line disponíveis,²⁴
 - Serviços seguros e presenciais de VBG continuam disponíveis.
 - Os prestadores de serviços da VBG foram treinados para garantir uma abordagem de alta qualidade e baseada em direitos à prestação de serviços para pessoas com deficiência. Estes incluem:
 - Serviços para prevenir a VBG;
 - Abrigos ou espaços seguros para as vítimas/sobreviventes; e
 - Serviços de saúde e reabilitação para vítimas/sobreviventes.
 - Os prestadores de serviços da VBG, tanto dentro como fora das instalações de saúde, e os usuários recebem EPIs acessíveis.
 - Os prestadores de serviços de saúde sexual e reprodutiva, um valioso ponto de contato para identificar situações de VBG e corrigir a violência, estão incluídos na lista de trabalhadores essenciais.²⁵
 - Transporte acessível e acessível está disponível para serviços de VBG presenciais e fornecido a partir de vários locais, incluindo áreas rurais e remotas.
 - Informações precisas e abrangentes sobre os serviços da VBG são fornecidas em formatos acessíveis.

- As leis, políticas e planos de ação para a resposta da COVID-19 incluem **medidas para garantir o acesso à justiça para a VBG**.
 - A polícia designa a investigação e resposta à VBG como prioridade máxima e não desviam recursos da resposta da VBG para fazer cumprir as medidas de bloqueio da COVID-19 ou outras medidas.
 - Os serviços de assistência jurídica são integrados entre os serviços essenciais, e as informações sobre os serviços são amplamente divulgadas em formatos acessíveis.
 - O pessoal da polícia e do judiciário é treinado sobre os direitos das pessoas com deficiência, como os elementos específicos da VBG se manifestam, e sobre os riscos acrescidos durante a pandemia.
 - Os tribunais continuam a operar presencialmente ou por meios virtuais, com apoio para garantir a acessibilidade e acomodações razoáveis para que as vítimas/sobreviventes da VBG participem dos procedimentos judiciais.
 - As vítimas/sobreviventes da VBG têm acesso a serviços de assistência jurídica gratuitos ou acessíveis e não encontram outras barreiras financeiras para acessar a justiça.

- As vítimas/sobreviventes de VBG com deficiência, particularmente aquelas com deficiência intelectuais ou psicossociais, podem exercer seu direito à plena capacidade legal e ter acesso à justiça em pé de igualdade com os demais. Por exemplo, não lhes é negado o direito de testemunhar como vítima ou testemunha por motivo de deficiência.
- Procedimentos judiciais virtuais, incluindo aqueles relacionados à emissão de ordens de proteção, ocorrem em plataformas acessíveis, e tanto os procedimentos virtuais quanto os presenciais fornecem interpretação em linguagem de sinais, legenda fechada simultânea, ou outras medidas de acessibilidade, conforme necessário.
- Processos judiciais presenciais utilizam regras de distanciamento social, e as vítimas/sobreviventes da VBG e suas pessoas de apoio recebem EPIs apropriados e acessíveis.

- Existem planos para **monitorar a prestação de serviços de apoio à VBG** e a justiça durante esta crise, incluindo a qualidade dos serviços.
 - Os planos incluem monitoramento específico de serviços para mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência, incluindo qualidade e acessibilidade.²⁶
 - As instituições nacionais de direitos humanos são adequadamente dotadas de recursos e facilitadas para realizar este monitoramento.
 - Mulheres, meninas, pessoas não-conformes de gênero com deficiência e organizações independentes, baseadas nos direitos humanos, de pessoas com deficiência são incluídas no processo de monitoramento.

- Dados qualitativos e quantitativos desagregados** por gênero, deficiência, idade e outros fatores são coletados sobre a VBG, inclusive em instituições de assistência residencial de longo prazo e hospitais psiquiátricos, durante a pandemia da COVID-19.
 - A coleta de dados está alinhada com o conjunto de questões delineadas pelo Grupo de Washington sobre Estatística sobre Deficiência e a coleta de dados sobre Violência contra Mulher e a COVID-19: Árvore de Decisão.²⁷ Organizações feministas e organizações de pessoas com deficiência recebem financiamento para coletar e analisar dados sobre violência contra a mulher e COVID-19: Árvore de decisão.
 - Os dados são amplamente divulgados e utilizados para melhorar a prestação de serviços de VBG, prevenção da VBG e proteção de mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência contra a violência e para ajudar as partes interessadas a lidar com as barreiras existentes na prestação de serviços de VBG.

Principais ações para os prestadores de serviços da VBG

- Materiais de informação, educação e comunicação** foram desenvolvidos para melhorar a conscientização sobre a VBG e sobre a disponibilidade de serviços de apoio à VBG durante os lockdowns ou outras restrições à movimentação.
 - Estes materiais estão disponíveis em vários formatos acessíveis. Veja [Acessibilidade e formatos acessíveis na página 5](#)).

- Estes materiais incluem mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência, inclusive através de imagens e atendendo a suas necessidades particulares.
- Os materiais fornecem informações sobre a disponibilidade de VBG e serviços de saúde sexual e reprodutiva e sua localização.
- Materiais têm sido distribuídos através de uma variedade de plataformas, incluindo televisão com interpretação em linguagem de sinais, rádio, mídia social e em formatos de cópia impressa, usando Leitura Fácil (*Easy-Read*) ou linguagem simples.
- Foram fornecidos materiais a organizações de pessoas com deficiência para distribuir a seus membros e constituintes.

Políticas hospitalares e clínicas, serviços de apoio à VBG, polícia e pessoal do tribunal estão cientes de que as pessoas com deficiência têm **o direito de ser acompanhadas por uma pessoa de apoio ou intérprete** quando procuram apoio à VBG.

- Mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência são informadas rotineiramente sobre este direito.
- Mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência recebem informações e apoio para encontrar e contatar intérpretes e pessoas de apoio.
- Mulheres, meninas e pessoas com deficiência e suas pessoas de apoio recebem EPIs apropriados e acessíveis, conforme necessário.
- Existem procedimentos para assegurar que mulheres, meninas e pessoas com deficiência possam se comunicar direta e confidencialmente com prestadores de serviços de VBG, particularmente nos casos em que um cuidador ou pessoa de apoio possa ser um perpetrador de VBG.

Onde os serviços de apoio presencial podem colocar indivíduos em risco, virtuais acessíveis e **outros serviços remotos estão disponíveis para mulheres**, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência.

- Acesso a dispositivos eletrônicos para utilizar serviços de apoio à VBG é fornecido a mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência, bem como financiamento para créditos telefônicos e acesso à Internet.
- Recursos em formatos acessíveis sobre como utilizar plataformas virtuais/remotas e como possibilitar recursos de acessibilidade nessas plataformas são fornecidos a pessoas que acessam serviços virtuais/remotas. Veja [Acessibilidade e formatos acessíveis na página 5](#).
- Os suportes são fornecidos por vários meios virtuais diferentes, incluindo ligações telefônicas, plataformas on-line, comunicações de mídia social e mensagens de texto, para garantir a acessibilidade e a privacidade.
- É fornecida interpretação em linguagem de sinais ou outro suporte para acesso e comunicação dentro destas plataformas.
- Capacitação e treinamento para apoiar os trabalhadores na implementação de serviços virtuais, assegurar sua qualidade e confidencialidade, garantir a acessibilidade e dar continuidade ao suporte.²⁸

Os serviços de reabilitação da VBG - incluindo serviços de saúde mental e apoio psicossocial - continuam ou são expandidos durante a pandemia da COVID-19.

- Os serviços estão disponíveis e acessíveis a mulheres, meninas e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência durante a pandemia da COVID-19, alinhado [Acessibilidade e acessíveis na página 5](#).
- Os serviços são baseados na comunidade e acessíveis.
- Os prestadores de serviços receberam treinamento específico sobre deficiência e acessibilidade e as necessidades específicas de mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência.
- Mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência são informadas sobre esses serviços, bem como seu propósito e benefícios, em formatos acessíveis, e esses serviços são fornecidos somente com o consentimento informado do próprio destinatário desses serviços.
- Fundos para o alcance acessível para informar as pessoas com deficiência sobre esses serviços são fornecidos.

Os prestadores de serviços SSR monitoram e selecionam rotineiramente mulheres, meninas e pessoas com deficiência durante a pandemia da COVID-19.

- Existem procedimentos para garantir a privacidade e a confidencialidade ao perguntar sobre a VBG nas configurações SSR, inclusive quando são utilizados a interpretação de linguagem de sinais e outros tipos de suportes de comunicação, e os prestadores de serviços SSR são treinados para comunicar-se diretamente com pessoas com deficiência sobre a VBG.
- A triagem e o monitoramento são feitos de acordo com as normas de segurança e de mitigação de riscos.²⁹

Para mais informações sobre o papel dos serviços de SSR na identificação e resposta à VBG, consulte a Lista de verificação de deficiência e SSRD citada na [página 5](#).

III. Prevenindo e enfrentando a violência contra as mulheres, meninas e pessoas com incapacidade na recuperação da COVID-19

Além de apresentar novos riscos para a VBG e barreiras ao acesso aos serviços de apoio à VBG, incluindo mecanismos de justiça, para mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência, a pandemia da COVID-19 também exacerbou as barreiras pré-existentes para garantir o direito de estar livre de violência para este grupo. Além das barreiras identificadas na seção de Antecedentes acima, essas barreiras também incluem acesso inadequado a serviços essenciais de saúde multissetoriais e coordenados, falta de acesso à justiça e falta de conscientização sobre a VBG.

Os esforços de recuperação da COVID-19 apresentam uma importante oportunidade para enfrentar essas barreiras, de modo a criar uma nova normal que respeite, proteja e cumpra plenamente os direitos na intersecção de gênero e deficiência, ao mesmo tempo em que se prepara para futuras crises, incluindo futuras emergências de saúde globais. Esta seção delinea ações-chave a serem tomadas pelos Estados e prestadores de serviços da VBG para garantir o respeito, proteção e cumprimento do direito de estar livre de violência contra mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência a longo prazo, inclusive em futuras emergências humanitárias.

A. Criar um ambiente legislativo e político capacitador

Ações-chave para os Estados



Existe uma **sólida estrutura legal e política** para garantir o respeito, a proteção e o pleno preenchimento do direito de estar livre de violência contra mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência.

- Toda a gama de tratados internacionais de direitos humanos e quaisquer tratados regionais de direitos humanos relevantes foram ratificados. Relatórios aos órgãos de monitoramento de tratados da ONU e regionais contêm informações específicas sobre mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência, incluindo a prevalência da VBG e as barreiras específicas enfrentadas para usar serviços acessíveis, e foram desenvolvidos em consulta com esses grupos.
- Existe uma lei, política e/ou plano de ação nacional sobre a VBG que define e proíbe a VBG e contém uma estratégia para prevenir, tratar e assegurar reparação e reabilitação acessível relacionada à VBG para todas as pessoas afetadas, particularmente aquelas de grupos marginalizados.
- As únicas formas de violência que as mulheres, meninas e pessoas não-conformes de VBG com deficiência podem experimentar, tais como violência por parte de cuidadores, pessoas de apoio ou colegas em instituições residenciais, estão incluídas na definição de VBG contida na lei, na política ou no plano de ação.
- As leis e políticas que aumentam o estigma e a discriminação contra mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência foram revistas ou revogadas.
- As leis, políticas e/ou planos de ação nacionais desenvolvidos têm um orçamento específico e suficiente alocado para implementação, inclusive para integrar uma perspectiva de deficiência.

- Existe uma lei sobre os direitos das pessoas com deficiência, modelada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que aborda especificamente a interseção de gênero e deficiência, inclusive em relação à VBG, e tem um orçamento específico destinado à sua implementação.
- As leis, políticas e procedimentos foram adaptados para garantir que as pessoas com deficiência, especialmente deficiência intelectual ou psicossocial, tenham sua capacidade legal respeitada, com apoio se solicitado, e não sejam negados o direito de testemunhar devido à discriminação com base na deficiência.

Para mais informações sobre a criação de um ambiente legislativo e político favorável, veja as Diretrizes [UNFPA-WEI Guidelines](#), capítulo 2.2.

B. Desenvolvimento, implementação e monitoramento de programas e serviços de suporte de VBG com inclusão de deficiência

Ações-chave para os Estados

- **Mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência participam e **estão incluídas no desenvolvimento, implementação e monitoramento do programa VBG.****
 - Entidades governamentais trabalham rotineiramente com organizações independentes, baseadas nos direitos humanos, de pessoas com deficiência lideradas por mulheres, meninas e pessoas com deficiência para desenvolver, implementar, monitorar e avaliar políticas e programas relacionados à VBG.
 - Foram desenvolvidos e implementados programas e fundos para promover a liderança e o empoderamento de mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência.
 - Os procedimentos operacionais padrão e os processos de gerenciamento de casos são adaptados para atender às necessidades das vítimas/sobreviventes com deficiência.
- **Barreiras** que as mulheres, meninas e pessoas com deficiência enfrentam em acessar os serviços da VBG, incluindo mecanismos de justiça, foram identificados e abordados.
 - Foram fornecidas orientações aos prestadores de serviços da VBG e aos atores do sistema de justiça sobre como garantir que as instalações e equipamentos sejam fisicamente acessíveis, serviços e bens sejam economicamente acessíveis, as vítimas/sobreviventes recebam informações em formatos acessíveis, e intérpretes de linguagem de sinais sejam fornecidos;
 - Uma auditoria nacional para identificar barreiras à acessibilidade foi conduzida para avaliar toda a gama de medidas de acessibilidade em serviços de VBG, incluindo mecanismos de justiça.
 - Os prestadores de serviços da VBG, prestadores de cuidados de saúde, polícia, juízes, promotores e outros funcionários do tribunal receberam treinamento sobre os direitos das pessoas com deficiência, particularmente os direitos na interseção de gênero e deficiência, e como garantir que as vítimas/sobreviventes de violência sejam apoiados e recebam as acomodações de que necessitam. O treinamento inclui a participação de mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência e suas organizações representativas.

- Os serviços de apoio psicossocial e de saúde mental fazem parte do pacote de serviços de apoio relacionados à VBG que são oferecidos e tornados acessíveis a mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência.
- Foram fornecidos fundos para garantir serviços legais gratuitos ou de baixo custo para mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência.
- A alocação de fundos e despesas é rastreada para garantir investimento suficiente em serviços de VBG.

- Os caminhos de encaminhamento** são desenvolvidos e simplificados, inclusive através da cooperação com outros prestadores de serviços da VBG, organizações de pessoas com deficiência e prestadores de serviços de apoio a pessoas com deficiência, para garantir a coordenação e a continuidade do apoio às vítimas/sobreviventes.

- Os prestadores de serviços disponíveis foram mapeados..
- As viagens de pacientes com deficiência foram mapeadas para identificar quaisquer lacunas na coordenação da saúde.

- São coletados **dados desagregados** sobre mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência que cercam a VBG.

- A desagregação inclui gênero, deficiência, idade, orientação sexual, raça/etnia, status sócio-econômico e ambiente de vida, entre outros status relevantes.

Principais ações para os prestadores de serviços da VBG

- Os prestadores de serviços de apoio à VBG **receberam treinamento específico sobre inclusão de deficiências**, particularmente direitos na interseção de gênero e deficiência..

- O treinamento aborda as formas de VBG que as mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência experimentam de forma única ou desproporcional e as causas dessa violência.
- Mulheres, meninas e pessoas com deficiência estão ativamente envolvidas na concepção e implementação do treinamento.
- O treinamento aborda a capacitação das vítimas/sobreviventes, priorizando suas necessidades e criando um ambiente de apoio.



As **barreiras** que as mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência enfrentam no acesso a serviços de violência baseada no gênero, incluindo mecanismos de justiça, foram identificadas e abordadas.

- Os serviços de apoio à VBG trabalham em conjunto com a comunidade e as organizações de pessoas com deficiência para identificar e abordar as causas fundamentais da discriminação contra mulheres, meninas e pessoas com deficiência que não estejam em conformidade com o gênero.
- Campanhas de conscientização têm sido realizadas em diversas plataformas e em formatos acessíveis para aumentar a conscientização sobre a VBG, incluindo as formas de VBG experimentadas por mulheres, meninas e pessoas não-conformes com o gênero, relacionamentos saudáveis e o direito de estar livre da VBG.

Para mais informações sobre desenvolvimento, implementação e monitoramento de programas de VBG, vide as Diretrizes [UNFPA-WEI Guidelines](#), capítulos 2.3 e 2.4.

IV. Anexo A: Recursos adicionais sobre VBG contra mulheres, meninas e pessoas com deficiência e a pandemia da COVID-19

- Área de Responsabilidade em VBG (GBV AoR), *Research Query: Disability Considerations in GBV Programming during the COVID-19 Pandemic* (2020), https://gbvaor.net/sites/default/files/2020-10/GBV%20AoR%20HD%20-%20COVID-19%20GBV%20Disability_Updated%2028.09.2020.pdf
- VG AoR et al, *COVID-19 Guidance on Remote GBV Services Focusing on Phone-based Case Management and Hotlines* (2020), <https://www.sddirect.org.uk/media/2140/covid-guidance-on-remote-gbv-services-04012021.pdf>
- Inter-Agency Standing Committee (IASC), *Guidelines for Integrating Gender-Based Violence Interventions in Humanitarian Action* (2015), https://gbvguidelines.org/wp/wp-content/uploads/2015/09/2015-IASC-Gender-based-Violence-Guidelines_lo-res.pdf
- IASC, *Identifying & Mitigating Gender-based Violence Risks within the COVID-19 Response* (2020), <https://gbvguidelines.org/wp/wp-content/uploads/2020/04/Interagency-GBV-risk-mitigation-and-Covid-tipsheet.pdf>
- IASC, *Inclusion of Persons with Disabilities in Humanitarian Action* (2019), <https://interagencystandingcommittee.org/iasc-task-team-inclusion-persons-disabilities-humanitarian-action/documents/iasc-guidelines>
 - Veja também IASC, *Key Messages: COVID-19 Response: Applying the IASC Guidelines of Inclusion of Persons with Disabilities in Humanitarian Action*, <https://interagencystandingcommittee.org/iasc-task-team-inclusion-persons-disabilities-humanitarian-action/iasc-key-messages-applying-iasc-guidelines-disability-covid-19-response>
- Madre, Women Enabled International (WEI), et al, *From Global Coordination to Local Strategies: A Practical Approach to Prevent, Address and Document Domestic Violence under COVID-19* (Apr. 2020), <https://womenenabled.org/pdfs/MADRE%20Domestic%20Violence%20Under%20COVID19%20Briefing%20Paper%204-21-2020.docx>
- ONU Mulheres, *Women with Disabilities in a Pandemic (COVID-19). Country Support Policy Brief 1*, <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/04/policy-brief-women-with-disabilities-in-a-pandemic-covid-19>
- ONU Mujeres, *Gender-Responsive Prevention and Management of the COVID-19 Pandemic: From Emergency Response to Recovery & Resilience* (2020)
- Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), *COVID-19 y los derechos de las personas con discapacidad: directrices* (2020), https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Disability/COVID-19_and_The_Rights_of_Persons_with_Disabilities.pdf
- United Nations Population Fund (UNFPA) & WEI, *Women and Young Persons with Disabilities: Guidelines to Providing Rights-Based, Gender-Responsive Services for Gender-Based Violence and Sexual and Reproductive Health* (2018), <https://www.unfpa.org/publications/women-and-young-persons-disabilities>
- UNFPA, *The Inter-Agency Minimum Standards for Gender-Based Violence in Emergencies Programming* (2019), <https://www.unfpa.org/minimum-standards>
- UNFPA, UN Women, and World Health Organization (WHO), *Decision tree: Data Collection on Violence against Women and COVID-19* (2020), <https://asiapacific.unfpa.org/en/resources/decision-tree-data-collection-violence-against-women-and-covid-19>
- WEI, *COVID-19 at the Intersection of Gender and Disability: Findings of a Global Human Rights Survey*, March to April 2020 (May 2020), <https://womenenabled.org/reports/wei-covid-19-at-the-intersection-of-gender-and-disability/>
- OMS, *COVID-19 and violence against women: What the health sector/system can do 1* (2020), <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331699/WHO-SRH-20.04-eng.pdf>

Notas finais

Algumas das seguintes notas finais contêm texto em inglês. Na maioria dos casos, as referências são de documentos disponíveis somente em inglês. Se precisar de algum documento em Português, pode entrar em contato com o Fundo de Nações Unidas Para a População ou com Women Enabled International.

- 1 UNFPA & WEI, WOMEN AND YOUNG PERSONS WITH DISABILITIES: GUIDELINES TO PROVIDING RIGHTS-BASED, GENDER-RESPONSIVE SERVICES FOR GENDER-BASED VIOLENCE AND SEXUAL AND REPRODUCTIVE HEALTH 49 (2018), <https://womenenabled.org/wei-unfpa-guidelines.html> [hereinafter UNFPA & WEI, Guidelines to Providing Rights-Based, Gender-Responsive Services for GBV and SRHR].
- 2 Management Sciences for Health & UNFPA, *We Decide Young Persons with Disabilities: Equal Rights and a Life Free of Violence* (2016), <https://www.msh.org/blog/2016/08/12/we-decide-young-persons-with-disabilities-call-for-equal-rights-and-a-life-free-of>.
- 3 *Id.*
- 4 UNFPA e WEI, GUIDELINES TO PROVIDING RIGHTS-BASED, GENDER-RESPONSIVE SERVICES FOR GBV AND SRHR, *supra* nota 1, en 43.
- 5 Karen Hughes, Mark A. Bellis, Lisa Jones, et al, *Prevalence and Risk of Violence against Adults with Disabilities: A Systematic Review and MetaAnalysis of Observational Studies*, 379 THE LANCET 1621, 1626-28 (2012), <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22377290/>.
- 6 *Id.*
- 7 OHCHR, *Thematic Study on the Issue of Violence Against Women and Girls and Disability*, para. 17, U.N. Doc. A/HRC/20/5 (2012).
- 8 UNFPA e WEI, GUIDELINES TO PROVIDING RIGHTS-BASED, GENDER-RESPONSIVE SERVICES FOR GBV AND SRHR, *supra* nota 1, no 50.
- 9 Por exemplo, durante todo o surto do Ebola, não foram estabelecidos protocolos para prevenir a VBG na Libéria - um dos países mais afetados - apesar da imposição de medidas de quarentena e do encerramento de escolas. Como resultado, os casos de VBG aumentaram. Embora haja falta de pesquisa sobre este assunto e a VBG seja frequentemente subnotificada, uma pesquisa no país da África Ocidental concluiu que mais da metade das mulheres entrevistadas foram sexualmente atacadas durante a epidemia de Ebola. (Monica Adhiambo, Kirsten Resnick et al, *Gender-based violence among adolescent girls and young women: a neglected consequence of the West African Ebola Outbreak* 123 (2019), https://www.researchgate.net/publication/330085671_Gender-Based_Violence_Among_Adolescent_Girls_and_Young_Women_A_Neglected_Consequence_of_the_West_African_Ebola_Outbreak_Medical_Anthropological_and_Public_Health_Perspectives.) Além disso, durante a crise Zika, as mulheres, incluindo as mulheres com deficiência, enfrentaram um risco maior de infecção devido à transmissão sexual do vírus e à alta prevalência da VBG na América Latina, uma das regiões mais afetadas. (Women Influencing Health, Education and Rule of Law, *Gender and Zika - Part I: Gender-Based Violence* (sem data), <http://www.wi-her.org/gender-and-zika-part-i-gender-based-violence/#:~:text=GBV%20has%20the%20potential%20to,sexual%20transmission%20of%20the%20virus>.)
- 10 *Vide, e.g., Humanity and Inclusion, COVID-19 in humanitarian contexts: no excuses to leave persons with disabilities behind! Evidence from HI's operations in humanitarian settings* 5 (2020), <https://reliefweb.int/report/world/covid-19-en-contextos-humanitarios-no-hay-excusas-para-dejar-atr-s-las-personas-con>.
- 11 ONU Women, *Women with Disabilities in a Pandemic (COVID-19). Country Support Policy Brief 1*, <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/04/policy-brief-women-with-disabilities-in-a-pandemic-covid-19>.
- 12 The United Nations Refugee Agency, *Gender-based violence prevention, risk mitigation and response during COVID-19* 1 (2020), <https://www.refworld.org/es/pdfid/6111629a4.pdf>.
- 13 GSMA, *The Digital Exclusion of Women with Disabilities - A Study of Seven Low and Middle-Income Countries* (2020), https://www.gsma.com/mobilefordevelopment/wp-content/uploads/2020/07/GSMA_Digital-Exclusion-of-Women-with-Disabilities_44pp_ACCESSIBLE.pdf.
- 14 *Vide, e.g., WHO, COVID-19 and violence against women: What the health sector/system can do* (2020), <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331699/WHO-SRH-20.04-eng.pdf>; UNFPA, *The Inter-Agency Minimum Standards for Gender-Based Violence in Emergencies Programming* (2019), <https://www.unfpa.org/minimum-standards>; IASC, *Guidelines for Integrating Gender-Based Violence*

- Interventions in Humanitarian Action (2019), <https://interagencystandingcommittee.org/iasc-task-team-inclusion-persons-disabilities-humanitarian-action/documents/iasc-guidelines>; IASC, *Identifying & Mitigating Gender-based Violence Risks within the COVID-19 Response* (2020), <https://gbvguidelines.org/wp/wp-content/uploads/2020/04/Interagency-GBV-risk-mitigation-and-Covid-tipsheet.pdf>; IASC, *Programmatic Guidance for Sexual and Reproductive Health in Humanitarian and Fragile Settings During COVID-19 Pandemic* (2020), <https://iawg.net/resources/programmatic-guidance-for-sexual-and-reproductive-health-in-humanitarian-and-fragile-settings-during-covid-19-pandemic>.
- 15 Convention on the Rights of Persons with Disabilities, adopted Dec. 13, 2006, art. 16, G.A. Res. A/RES/61/106, U.N. GAOR, 61st Sess., U.N. Doc. A/61/611, (entered into force May 3. 2008).
 - 16 Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW Committee), *General Recommendation No. 35 on gender-based violence against women, updating general recommendation No. 19*, para. 8, U.N. Doc. CEDAW/C/GC/35 (2017) [hereinafter CEDAW Committee, *General Recommendation No. 35*].
 - 17 Committee on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD Committee), *General Comment No. 2: Article 9: Accessibility*, para. 13, U.N. Doc. CRPD/C/GC/2 (2016).
 - 18 GBV AoR, *Research Query: Disability Considerations in GBV Programming during the COVID-19 Pandemic* 11 (2020), https://gbvaor.net/sites/default/files/2020-10/GBV%20AoR%20HD%20-%20COVID-19%20GBV%20Disability_Updated%2028.09.2020.pdf.
 - 19 Para mais informações sobre como garantir serviços de apoio para pessoas com deficiência durante a pandemia da COVID-19, veja UNFPA e WEI [*COVID-19, gênero, e lista de verificação de deficiência: Garantindo os direitos humanos baseados nos direitos de saúde sexual e reprodutiva para mulheres, meninas e pessoas não-conformes de gênero com deficiência durante a Pandemia da COVID-19*](#).
 - 20 Vide UN Women, UNFPA, WHO *et al*, *Essential Services Package for Women and Girls Subject to Violence: Core Elements and Quality Guidelines* (2015), <https://www.unwomen.org/es/digital-library/publications/2015/12/essential-services-package-for-women-and-girls-subject-to-violence>.
 - 21 Como declarado no Comitê CEDAW, *Recomendação Geral No. 35*, *supra* nota 16, para. 24(b), “Sob a obrigação de diligência devida, os Estados-partes devem adotar e implementar diversas medidas para combater a violência de gênero contra as mulheres cometida por atores não estatais, incluindo a existência de leis, instituições e um sistema para lidar com tal violência e assegurar que elas funcionem efetivamente na prática e sejam apoiadas por todos os agentes e órgãos estatais que aplicam as leis de forma diligente.”
 - 22 Para mais informações sobre um pacote completo de Serviços da VBG para vítimas/sobreviventes, veja UNFPA & WEI, *GUIDELINES TO PROVIDING RIGHTS-BASED, GENDER-RESPONSIVE SERVICES FOR GBV AND SRHR*, nota 1 *supra*, capítulo 3.
 - 23 UN Women, United Nations Development Program (UNDP), The World Bank *et al*, *Justice for women amidst COVID-19* 14 (2020), https://www.idlo.int/sites/default/files/pdfs/publications/idlo-justice-for-women-amidst-covid19_0.pdf.
 - 24 Vide AdR *et al*, *COVID-19 Guidance on Remote GBV Services Focusing on Phone-based Case Management and Hotlines* (2020), <https://www.sddirect.org.uk/media/2140/covid-guidance-on-remote-gbv-services-04012021.pdf>; GBV AdR, *Gender-Based Violence Case Management and the COVID-19 Pandemic - support query*, <https://www.sddirect.org.uk/media/1968/gbv-case-management-and-covid-19-pandemic-updated-version-19052020.pdf>.
 - 25 UNFPA e WEI, *GUIDELINES TO PROVIDING RIGHTS-BASED, GENDER-RESPONSIVE SERVICES FOR GBV AND SRHR*, *supra* nota 1, no 43.
 - 26 Vide *Id.* no 31.
 - 27 WHO, *Decision tree: Data Collection on Violence against Women and COVID-19* (2020), <https://asiapacific.unfpa.org/en/resources/decision-tree-data-collection-violence-against-women-and-covid-19>.
 - 28 Vide UNFPA, *COVID-19 Technical Brief for Maternity Services* (julio de 2020), <https://www.unfpa.org/resources/covid-19-technical-brief-maternity-services>.
 - 29 IASC, *Guidelines for Integrating Gender-Based Violence Interventions in Humanitarian Action* (2015), https://gbvguidelines.org/wp/wp-content/uploads/2015/09/2015-IASC-Gender-based-Violence-Guidelines_lo-res.pdf.

Esta publicação foi produzida pela ONU Mulheres e Women Enabled International no contexto do programa *Building Back Better for All*, apoiado pela Parceria das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNPRPD) Multi Partner Trust Fund. Esta publicação não reflete necessariamente a posição oficial do MPTF da UNPRPD.



220 East 42nd Street
New York, NY 10017, US

www.unwomen.org
facebook.com/unwomen
twitter.com/un_women
youtube.com/unwomen
instagram.com/unwomen



200 Massachusetts Ave. NW, Ste. 700
Washington, DC 20001, US

www.womenenabled.org
facebook.com/womenenabled.org
twitter.com/womenenabled
youtube.com/womenenabled
instagram.com/womenenabled



www.unprpd.org



605 Third Avenue
New York, NY 10158, US

www.unfpa.org
facebook.com/UNFPA
twitter.com/unfpa
youtube.com/user/unfpa
instagram.com/unfpa